

Economia - Brasil
REFLEXOS DA CRISE: *Pacote de ajuste fiscal deverá ser anunciado na segunda-feira*

Governo quer aumentar IPI sobre cigarros e bebidas e CPMF deve passar para 0,25%

Demissão de servidores e venda de ações de estatais também serão anunciados

Leandra Peres e Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA e ISLA MARGARITA. A discussão do pacote fiscal que será anunciado para enfrentar a crise das bolsas mobilizou ontem toda a cúpula do Governo em Brasília. Uma das medidas discutidas na reuniões que começaram logo cedo no Ministério da Fazenda é o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de cigarros e bebidas. O raciocínio do Governo é que esse aumento de imposto não seria tão impopular por atingir vícios. Mas a decisão final sobre esses e outros possíveis aumentos só deve ser tomada hoje em reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que antecipou seu retorno da Venezuela a Brasília para acompanhar de perto as negociações.

O pacote deverá ser anunciado logo amanhã de manhã, antes da abertura dos pregões das bolsas, para que tenha um efeito imediato e acalme o mercado.

Presidente antecipa volta da Venezuela para aprovar pacote

O esboço do pacote foi feito pela equipe econômica, comandada pelo ministro da Fazenda Pedro Malan. Enquanto os técnicos se reuniram com Malan em Brasília, na Venezuela Fernando Henrique manteve-se em permanente contato telefônico com seus ministros e adiantou a discussão com o ministro das Relações Exteriores Luis Felipe Lampreia, que chegou da Malásia, onde participou de reunião do G-15. Lampreia minimizou o impacto da crise asiática na América Latina:



O MINISTRO Pedro Malan chega à sede do Ministério da Fazenda, de manhã, para a reunião da equipe econômica

— Não acho que a América Latina seja a bola da vez. O problema agora está na Indonésia, onde a situação está muito tensa. Sobre uma lei internacional para proteger as economias do ataque do capital volátil, nesses casos cada Governo depende de si mesmo. Cada um deve fazer o seu dever de casa — disse ele.

As principais medidas em estudo incluem a redução de R\$ 5 bilhões nos incentivos fiscais das

isenções previstas para 98, aumento da alíquota da CPMF de 0,20% para 0,25%, corte de até R\$ 2 bilhões no Orçamento de 97 e no de 98; apressa a venda de R\$ 6 bilhões de ações da Petrobras e R\$ 3,7 bilhões de papéis do Banco do Brasil; fim da isenção da contribuição patronal para a Previdência, incentivo às exportações de pequenas e médias empresas e demissão de metade dos 55 mil servidores não estáveis.

Durante todo o dia ficaram encarcerados no Ministério da Fazenda o ministro Pedro Malan, o secretário executivo, Pedro Parente; o secretário do Tesouro Nacional Eduardo Guimarães; o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros; o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Marcos Tavares, e o secretário interino da Receita Federal Paulo Balthazar. ■